

CORREIO NACIONAL

Brasil tem aumento de até 3°C em algumas regiões

Informação está no relatório Mudança do Clima no Brasil



Abandono escolar caiu em municípios certificados

Cidades recebem Selo Unicef por ações para crianças

O Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil (Unicef) revelou, nesta quarta-feira (6), as 923 cidades das regiões Norte e Nordeste, além do norte de Minas Gerais e Mato Grosso, que mais melhoraram as políticas públicas municipais voltadas a crianças e adolescentes, entre 2021 e 2024. Essas cidades, onde vivem mais de 8 milhões de crianças e adolescentes até 19 anos, avançaram mais do que a média nacional em diversas áreas, gerando impactos positivos para a infância e adolescência. Por essa razão, conquistaram o Selo Unicef.

A certificação da Unicef estimula e reconhece avanços reais e positivos na promoção, realização e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em municípios do Semiárido e da Amazônia Legal brasileira. O Unicef comemora esse avanço de cidades em regiões vulneráveis que conseguiram tirar o atraso e melhorar mais", explica Youssouf Abdel-Jelil, representante do Unicef no Brasil.

Ferramenta de segurança

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos informou que o uso da Verificação em duas Etapas, chamada 2FA, nas contas gov.br cresceu 65% entre janeiro e outubro de 2024. Segundo o levantamento da pasta, aproximadamente 13,6 milhões de pessoas usam a ferramenta, ante

8,2 milhões, em janeiro. A ferramenta de segurança evita golpes e fraudes durante o acesso à conta digital do governo federal, que oferece 4.300 serviços e conta com 162 milhões de usuários. Desde fevereiro, o uso da dupla verificação está mais simples a partir da geração de um código de acesso.

Fraude em empréstimos da Caixa

Quatro pessoas suspeitas de fraudar operações de crédito concedidas pela Caixa Econômica Federal à mais de uma centena de empresas foram presas, na manhã desta quarta-feira (6), pela Polícia Federal (PF) no âmbito da Operação Smart Fake. Além das prisões temporárias, os agentes federais cumpriram ainda 12 mandados judiciais de busca e apreensão em endereços residenciais e comerciais relacionados aos investigados nas cidades de Teresina e Pedro II, no Piauí; e em Timon, no Maranhão. As ordens judiciais foram autorizadas pela 3ª Vara da Justiça Federal.

Locais de prova do Enade

Os inscritos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2024 já podem conferir o local da prova que será aplicada no dia 24 de novembro. O Cartão de Confirmação da Inscrição está disponível no Sistema Enade para quem preencheu o Questionário do Estudante.

Auxílio a agentes de saúde

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que prevê o pagamento de despesas de locomoção a agentes de saúde e de combate às endemias que usam veículo próprio para trabalhar. O texto foi sancionado na quarta reunião no Palácio do Planalto. Atualmente, a Lei

11.350, que trata da atuação dos agentes de saúde, já determina que os estados, o Distrito Federal e os municípios forneçam ou paguem pelo transporte desses profissionais em serviço, mas não cita a possibilidade de indenizá-los pelo uso de veículo próprio.

Roças comunitárias

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), em parceria com outras instituições, desenvolveu um projeto de roças comunitárias na Terra Indígena (TI) São Marcos, em Mato Grosso. A iniciativa está em fase de execução com foco em assegurar soberania e segurança ali-

mentar ao povo Xavante que vive no território. As roças comunitárias visam a produção sustentável de alimentos, como mandioca, abóbora, milho, amendoim, feijão, batata doce e arroz. A implementação do projeto contempla uma área de 60 hectares.

Nos últimos 60 anos, o aquecimento em algumas regiões brasileiras foi maior que média global, chegando a até 3°C Celsius na média das temperaturas máximas diárias em algumas regiões, aponta o relatório Mudança do Clima no Brasil - síntese atualizada e perspectivas para decisões estratégicas. De acordo com o estudo, desde o início da década de 1990, o número de dias com ondas de calor no Brasil subiu de sete para 52, até o início da década atual.

"Eventos extremos, como secas severas e ondas de calor, serão mais frequentes, com probabilidade de ocorrência de eventos climáticos sem precedentes", destaca o relatório.

O estudo, que foi lançado oficialmente em Brasília, nesta quarta-feira (6), é um recorte para o Brasil do último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e de outros estudos científicos atuais, resultado de um esforço que reuniu o Ministério de Ciência, Tecnologia e Informação com as organizações sociais da Rede Clima, o WWF-Brasil e o Instituto Alana.

A partir das projeções para



o número de dias com ondas de calor no Brasil subiu de sete para 52

os próximos 30 anos, apresentadas de forma inédita pelo IPCC, com o objetivo de orientar ações de adaptações, os pesquisadores também concluíram que se o limite de 2°C for atingido, em 2050 litorais críticos para a saúde humana e a agricultura serão ultrapassados com mais frequência.

Nesse cenário, a população afetada por enxurradas no Brasil aumentará entre 100 e 200%.

Doenças transmitidas por vetores como os da dengue e malária também causarão mais mortes.

A Amazônia, por exemplo, perderá 50% da cobertura florestal pela combinação de desmatamento, condições mais secas e aumento dos incêndios. O fluxo dos rios serão reduzidos e a seca afetaria mais os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. O ciclo de chuvas no Brasil e na América do Sul também serão afetados.

Os estoques pesqueiros serão reduzidos em 77%, com redução de 30% a 50% dos empregos no setor. O impacto estimado na receita, em relação ao Produto Interno Bruto é 30%.

O Nordeste, onde vivem atualmente quase 55 milhões de pessoas, segundo dados preliminares do Censo 2022, pode ter 94% do território transformado em deserto.

Ensino de história afro-brasileira

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Fala é da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, afirmou, nesta quarta-feira (6), que o governo quer ampliar o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, conforme prevê a Lei 10.639/03, que segue sendo um desafio para o país, mesmo após 21 anos de aprovação. Segundo ela, apenas 17% das escolas do país aplicam a lei.

"Apagar essa parte da história é muito cruel com o povo negro", disse Anielle no programa Bom dia, ministra, exibido pelo Canal Gov. "A aplicabilidade da 10.639, o Camilo [Santana, ministro da Educação] está muito empenhado para que isso venha a ser realidade, mas têm estudos que demonstram que, infelizmente, apenas 17%, às vezes em algumas regiões menos do que isso, aplicam essa lei", acrescentou.

Anielle comentou o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano, "Desafios para a valorização da herança africana no Brasil", proposto pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). "O tema dá uma visibilidade às nossas

pautas, à luta do ministério, luta do povo negro, dos movimentos negros também", disse.

"Eu fui professora desde os meus 17 anos e, muitas vezes, eu que imprimia fotos de pessoas negras em momentos felizes e levava pra sala de aula porque nos livros não tinham. Então, por isso a lei é tão importante, por isso a gente precisa fortalecer [o ensino] com editais e [a população negra] com oportunidade, com empregabilidade. Esse tema é tão importante para o nosso país e eu sempre digo que um país mais diverso é um país fortalecido pela igualdade ra-

cial", completou a ministra.

Nesse sentido, o governo lançou o programa Caminhos Americanos, uma ação de intercâmbio entre países latino-americanos e africanos para estudantes de licenciatura e docentes. No próximo dia 21, ocorre a formatura da primeira turma de 150 docentes que participaram do programa.

O objetivo, segundo Anielle, é que os professores se apropriem da história e da cultura dos países latino-americanos e africanos e retornem à sala de aula com bagagem para aplicação desses estudos.

STF

lei que proibia vacinação compulsória é derrubada

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes afirmou na quarta que a pandemia de covid-19 não foi uma "gripezinha". O ministro também criticou o negacionismo no Brasil em relação à vacinação contra doença. As declarações foram feitas durante o julgamento no qual a Corte considerou inconstitucional uma lei municipal de Uberlândia, Minas Gerais, que impediu a vacinação compulsória da população e proibiu sanções contra quem não se vacinou em 2022. Durante o julgamento, Moraes disse que as medidas de restrição foram necessárias para evitar o crescimento do número de mortes no país.

STF

Decisão sobre lei que impõe restrições para laqueadura

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou nesta quarta-feira (6) a conclusão do julgamento sobre a constitucionalidade da lei que estabeleceu critérios para realização de cirurgias de esterilização voluntária de homens e mulheres, métodos conhecidos como vasectomia e laqueadura.

A análise do caso foi suspensa por um pedido de vista do ministro Cristiano Zanin.

A Corte julga trechos presentes na Lei 9.263/1996, conhecida como Lei do Planejamento Familiar, a partir de uma ação protocolada pelo PSB, em 2018. Na prática, as restrições atingem principalmente as mulheres.

STJ

Ministro Gurgel de Faria é eleito novo ouvidor

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça elegeu, nesta quarta, o ministro Gurgel de Faria para ser o novo ouvidor do tribunal. O magistrado sucederá o ministro Rogerio Schietti Cruz, que deixa o cargo no dia 21 de novembro.

Também foi eleito o ministro Reynaldo Soares da Fonseca como ministro ouvidor substituto. O mandato do ministro ouvidor é de um ano, sendo possível a recondução.

A Ouvidoria do STJ é a unidade responsável pelo diálogo entre o tribunal e os cidadãos, com a atribuição de receber e dar encaminhamento a reclamações, denúncias, críticas, sugestões e elogios.

TCU

Distribuição de royalties apresenta falhas

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou, na sessão plenária que foi realizada na última quarta-feira (6/11), o processo que trata sobre os critérios de distribuição de royalties e participações especiais associados à produção de petróleo e gás natural (TC 005.361/2023-0).

Os ministros decidiram encaminhar as análises apresentadas no relatório a órgãos governamentais, ao Congresso Nacional para o Supremo Tribunal Federal (STF) com objetivo de que possam reforçar um debate sobre possível alteração na atual legislação a respeito da distribuição dos recursos do setor petrolífero.